

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Instituição está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional, e com marcante atuação no arrendamento de aeronaves executivas e helicópteros.

Em 17 de abril de 2013, a Bradesco Leasing comunicou ao mercado o encerramento da distribuição pública das debêntures referente 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, efetivada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no montante de R\$ 10 bilhões, na data da emissão, com valor unitário de R\$ 10,00.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 451,8 milhões, correspondendo a R\$ 19.290,84 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 4,6 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,11% sobre o PL médio. Ressaltamos que a Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em dezembro de 2013 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$ 210 milhões, cujo pagamento será efetuado em 07 de março de 2014.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 83,1 bilhões, destacando-se R\$ 57,9 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 5,2 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 73,9 bilhões de Debêntures e R\$ 202,5 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,2 bilhões. A Instituição possuía 511.642.055 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 5,8 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2013	2012	2013	2012
ATIVO				
CIRCULANTE	73.372.525	62.302.281	1.759.152	2.014.659
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	-	180	87.910	114.738
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	57.064.819	35.289.507	87.910	114.738
Aplicações no Mercado Aberto	25.914.189	22.310.371	1.671.242	1.899.921
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.150.630	12.979.136	178.500	138.212
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	16.203.222	26.918.135	116.982	535.201
DERIVATIVOS (Nota 6)	16.203.222	26.918.135	1.375.760	1.226.508
Carteira Própria	15.562.286	26.853.167	-	-
Vinculados à Prestação de Garantias	640.936	64.968	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(118.525)	(168.014)	76.812.958	70.616.481
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Privado	2.384.431	2.903.992	73.919.334	67.675.007
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.283.549)	(2.786.555)	114.597	154.201
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(219.407)	(285.451)	114.597	154.201
OUTROS CRÉDITOS	186.701	220.497	2.779.027	2.787.273
Rendas a Receber (Nota 8a)	33	32	839.932	599.628
Diversos (Nota 8b)	186.761	220.553	1.939.095	2.187.645
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(93)	(88)	-	-
OUTROS VALORES E BENS	36.308	41.976	-	-
Outros Valores e Bens	87.019	85.351	-	-
Provisões para Desvalorizações	(50.711)	(43.375)	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.357.301	5.118.856	4.563.677	4.321.857
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	807.627	4.643.476	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	807.627	4.643.476	-	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(166.311)	(213.470)	-	-
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Privado	2.778.055	3.512.606	-	-
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.777.543)	(3.512.055)	-	-
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(166.823)	(214.021)	-	-
OUTROS CRÉDITOS	715.222	688.156	-	-
Diversos (Nota 8b)	715.257	688.264	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(35)	(108)	-	-
OUTROS VALORES E BENS	763	694	-	-
Despesas Antecipadas	763	694	-	-
PERMANENTE	8.405.961	9.531.860	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 9)	47.324	45.144	-	-
Participações em Coligadas:				
- No País	40.509	38.329	-	-
Outros Investimentos	26.394	26.394	-	-
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	4.716	5.610	-	-
Imóveis de Uso	11.117	11.117	-	-
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939	-	-
Outras Imobilizações de Uso	155	155	-	-
Depreciações Acumuladas	(20.495)	(19.601)	-	-
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)	8.353.921	9.481.106	-	-
Bens Arrendados	12.378.038	13.762.008	-	-
Depreciações Acumuladas	(4.024.117)	(4.280.902)	-	-
TOTAL	83.135.787	76.952.997	83.135.787	76.952.997

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
		2013	2012	Capital Social	Legal	Estatu-tárias	Próprias	Acumuladas	Lucros Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.707.216	8.781.391	9.277.928	2.290.000	195.948	1.973.185	16	-	4.459.149
Operações de Crédito	46.952	83.808	68.023	-	-	-	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	1.696.609	3.521.729	3.802.768	-	-	42.765	-	-	42.765
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	2.963.655	5.175.854	5.407.137	-	-	-	(7)	-	(7)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.301.881	8.002.366	8.129.381	-	-	-	-	271.770	271.770
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	2.964.575	5.194.726	5.138.998	-	-	-	-	(61.770)	-
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	4.406	10.300	18.499	-	13.588	48.182	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	1.387.673	2.887.018	2.960.578	-	-	-	-	(210.000)	(210.000)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g) ...	(54.773)	(89.678)	11.306	-	-	-	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	405.335	779.025	1.148.547	2.290.000	209.536	2.064.132	9	-	4.563.677
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(49.763)	(84.506)	(97.387)	7.127.800	157.848	2.092.456	16	-	9.378.120
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(24.603)	(39.818)	(35.934)	(5.500.000)	-	-	-	-	(5.500.000)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(21.536)	(42.201)	(65.068)	-	-	-	3	-	3
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.280	2.201	7.071	-	-	-	-	581.946	581.946
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	27.543	53.450	51.903	-	29.097	414.637	-	(443.734)	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(32.447)	(55.138)	(55.359)	-	-	-	-	(138.212)	(138.212)
RESULTADO OPERACIONAL	355.572	694.519	1.051.160	1.627.800	186.945	2.507.093	19	-	4.321.857
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(22.110)	(36.799)	(47.807)	-	-	(662.200)	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	333.462	657.720	1.003.353	662.200	-	-	(10)	-	(10)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(61.692)	(205.890)	(421.407)	-	-	-	-	451.830	451.830
LUCRO LÍQUIDO	271.770	451.830	581.946	-	22.591	219.239	-	(241.830)	-
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422	-	-	-	-	(210.000)	(210.000)
Lucro por ação em R\$	11.603,19	19.290,84	24.846,13	2.290.000	209.536	2.064.132	9	-	4.563.677

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro		2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
		2013	2012	2013	%	2013	%	2012	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:									
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	333.462	657.720	1.003.353	4.734.975	1.333,8	8.829.582	1.261,5	9.215.359	862,5
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.343.375	2.814.518	3.015.089	4.707.216	1.326,0	8.781.391	1.254,6	9.277.928	868,4
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.773)	(89.678)	11.306	-	-	-	-	-	-
Depreciações e Amortizações	1.149.618	2.434.369	2.930.558	54.773	15,4	89.678	12,8	(11.306)	(1,1)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	9.206	14.676	47.215	(27.014)	(7,6)	(41.487)	(5,9)	(51.263)	(4,8)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.280)	(2.201)	(7.071)	-	-	-	-	-	-
Superveniência de Depreciação	217.568	418.702	(16.442)	-	-	-	-	-	-
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	3.226	5.815	15.234	-	-	-	-	-	-
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	19.810	32.835	34.289	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.676.837	3.472.238	4.018.442	4.356.654	(1.227,2)	(8.092.044)	(1.156,2)	(8.118.075)	(759,8)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(5.507.362)	(17.825.803)	40.322.702	(24.156)	(6,8)	(38.924)	(5,5)	(35.040)	(3,3)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.214.314	10.714.896	(25.276.324)	(208)	(0,1)	(357)	(0,1)	(347)	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	8.479	(31.116)	(54.971)	(2.802)	(0,8)	(4.528)	(0,6)	(2.847)	(0,3)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(2.590)	(7.039)	(14.897)	(1.649)	(0,5)	(2.813)	(0,4)	(2.375)	(0,2)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(24.036)	(66.431)	(100.477)	(861)	(0,2)	(1.431)	(0,2)	(1.361)	(0,1)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.486)	(90.923)	(135.067)	(52)	-	(105)	-	(150)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(194.474)	(400.508)	(379.768)	(7.556)	(2,1)	(12.716)	(1,8)	(5.968)	(0,6)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(2.830.318)	(4.234.686)	18.379.640	(291)	(0,1)	(1.406)	(0,2)	(11.241)	(1,1)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				(7.735)	(2,2)	(11.219)	(1,6)	(7.784)	(0,7)
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	5	7	(2)	(1.751)	(0,5)	(2.909)	(0,4)	(2.806)	(0,3)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.377.729)	(2.664.871)	(3.102.179)	(1.200)	(0,3)	(1.200)	(0,2)	-	-
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	466.880	920.894	941.086	(51)	-	(240)	-	(161)	-
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(32.515)	(53.073)	(55.754)	(2.120)	(0,6)	(2.120)	(0,3)	-	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	26.530	39.075	35.513	(1.280)	0,3	2.201	0,3	7.071	0,7
Dividendos recebidos	20	2.891	2.891	1.280	0,3	2.201	0,3	7.071	0,7
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(916.809)	(1.757.948)	(2.178.445)	1.280	0,3	2.201	0,3	7.071	0,7
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				1.280	0,3	2.201	0,3	7.071	0,7
Redução de Capital	-	-	(5.500.000)	354.998	100,0	699.921	100,0	1.068.421	100,0
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	7.463.217	6.244.327	4.577.953	354.998	100,0	699.921	100,0		



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Em 12 de setembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A. A operação foi efetivada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no montante de R\$ 10 bilhões, na data da emissão (Nota 11a). Em 10 de outubro de 2012 o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2012 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 5,5 bilhões, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituído em dinheiro ao Banco Bradesco S.A., seu único acionista (Nota 15).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da CVM, quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

As operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no (imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2013			2012					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado (5)	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado (5)
Títulos para negociação (3)	15.181.537	28.919	311.638	681.097	16.203.191	16.203.309	(118)	26.918.087	9
Letras financeiras do tesouro	-	27.353	311.120	673.401	1.011.874	1.011.992	(118)	246.156	9
Certificados de depósito bancário	1.884	1.527	299	-	3.710	3.710	-	21.711	-
Debêntures	-	39	219	4.945	5.203	5.203	-	19.147	-
Letras do tesouro nacional	8.993.438	-	-	2.751	8.996.189	8.996.189	-	15.405.050	-
Notas do tesouro nacional	6.186.215	-	-	-	6.186.215	6.186.215	-	11.166.903	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	59.120	-
Títulos disponíveis para venda (4)	31	-	-	-	31	16	15	48	33
Ações	31	-	-	-	31	16	15	48	33
Total em 2013	15.181.568	28.919	311.638	681.097	16.203.222	16.203.325	(103)	26.918.135	42
Total em 2012	26.561.849	46.219	50.996	259.071	12.825.527	12.825.527	4.096.737	3.465.462	13.971.626

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 15.562.255 mil (2012 - R\$ 26.853.119 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(4) Em 2013, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e

(5) A marcação a mercado dos títulos para negociação foi registrada em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	3.813.487	3.931.138
Títulos de renda fixa	17.433	5.152
Fundos de investimento	1.344.934	1.470.847
Total	5.175.854	5.407.137

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possui posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegotiadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegotiações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegotiação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% para o lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 22.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que tramitam os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a simultaneidade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores onerados e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	-	180
Total de disponibilidades (caixa)	-	180
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	16.044.560	15.930.899
Total caixa e equivalentes de caixa	16.044.560	15.931.079

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

Aplicações no mercado aberto:	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição bancada	4.070.508	1.991.633	1.572.165	13.971.626	4.093.381	214.876	25.914.189
Debêntures	3.893.266	1.991.633	1.572.165	13.971.626	4.093.381	214.876	25.736.947
Outros	177.242	-	-	-	-	-	177.242
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	8.755.019	2.105.104	1.893.297	-	18.397.210	807.627	31.958.257
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.755.019	2.105.104	1.893.297	-	18.397.210	807.627	31.958.257
Total em 2013	12.825.527	4.096.737	3.465.462	13.971.626	22.490.591	<	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com a natureza das suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, possui em seu portfólio apenas operações Banking e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

		Carteira Banking (1)					R\$ mil	
		2013		2012				
		1	2	3	1	2	3	
Taxa de juros em Reais	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(252)	(70.974)	(136.479)	(358)	(69.672)	(135.402)	
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	-	(5)	(9)	-	(7)	(15)	
Total sem correlação		(252)	(70.979)	(136.488)	(358)	(69.679)	(135.417)	
Total com correlação		(252)	(70.975)	(136.481)	(358)	(69.670)	(135.398)	

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.
As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2013 o Índice Bovespa foi de 50.992 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2013 foi de 10,59% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2013 o Índice Bovespa foi de 38.630 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2013 foi de 13,23% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2013 o Índice Bovespa foi de 25.754 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2013 foi de 15,87% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

		Curso anormal					Total em		Total Geral em	
		Parcelas vencidas					2013	2012	2013	2012
		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	(C)	(C)	(A+B+C)	(A+B+C)
Operações de arrendamento mercantil		18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	311.585	468.578	5.228.711	6.288.395
Outros créditos (1)		-	-	-	-	-	-	-	4.272	6.536
Total em 2013		18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	311.585	468.578	5.232.983	6.294.931
Total em 2012		25.627	26.873	23.393	66.240	108.042	218.403	468.578	6.294.931	6.294.931

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	2013		2012	
	%		%	
Maior devedor	61.652	1,2	38.385	0,6
Vinte maiores devedores	522.632	10,0	432.257	6,9

e) Setor de atividade econômica

	2013		2012	
	%		%	
Setor privado	5.232.983	100,0	6.294.931	100,0
Indústria	998.179	19,1	1.223.834	19,4
Alimentícia e bebidas	125.654	2,4	171.410	2,7
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	221.876	4,2	264.160	4,2
Química	81.860	1,6	82.747	1,3
Papel e celulose	19.070	0,4	17.529	0,3
Veículos leves e pesados	12.761	0,3	13.794	0,2
Extração de minerais metálicos e não metálicos	90.318	1,7	115.773	1,8
Têxtil e confecções	43.930	0,8	59.385	0,9
Artigos de borracha e plásticos	80.683	1,5	96.771	1,5
Eletrônica	30.795	0,6	42.997	0,7
Móveis e produtos de madeira	64.314	1,2	80.421	1,3
Autopeças e acessórios	39.651	0,8	48.398	0,8
Materiais não metálicos	69.227	1,3	86.611	1,4
Artefatos de couro	9.466	0,2	15.089	0,2
Refino de petróleo e produção de álcool	19.783	0,4	26.334	0,4
Edição, impressão e reprodução	73.549	1,4	79.904	1,3
Demais indústrias	15.242	0,3	22.511	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida						
		Curso normal		Curso anormal		Específica		Genérica		Total		
		2013	2012	2013	2012	Vencidas	Vincendas	2013	2012	Total	%	
AA	-	118.364	-	118.364	2,3	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	509.126	-	509.126	9,7	-	-	2.545	2.545	0,6	2.487	0,5
B	1,0	1.462.585	4.058	1.466.643	28,0	3	38	14.626	14.667	3,8	12.887	2,6
C	3,0	2.489.389	70.408	2.559.797	48,9	182	1.930	74.682	76.794	19,9	107.827	21,6
Subtotal		4.579.464	74.466	4.653.930	88,9	185	1.968	91.853	94.006	24,3	123.201	24,7
D	10,0	157.014	74.847	231.861	4,4	870	6.615	15.701	23.186	6,0	38.634	7,7
E	30,0	18.036	48.143	66.179	1,3	2.783	11.660	5.411	19.854	5,1	26.943	5,4
F	50,0	22.359	25.950	48.309	0,9	3.007	9.967	11.180	24.154	6,3	33.464	6,7
G	70,0	4.012	21.141	25.153	0,5	3.583	11.216	2.808	17.607	4,6	28.979	5,8
H	100,0	63.004	144.547	207.551	4,0	42.086	102.461	63.004	207.551	53,7	248.447	49,7
Subtotal		264.425	314.628	579.053	11,1	52.329	141.919	98.104	292.352	75,7	376.467	75,3
Total em 2013		4.843.889	389.094	5.232.983	100,0	52.514	143.887	189.957	386.358	100,0	499.668	100,0
%		92,6	7,4	100,0		13,6	37,2	49,2	100,0			
Total em 2012		5.720.809	574.122	6.294.931	100,0	69.803	203.207	226.658	499.668	100,0	499.668	100,0
%		90,9	9,1	100,0		13,9	40,7	45,4	100,0			

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	499.668	510.438
Constituições/(reversões) líquidas	(89.678)	11.306
Baixas para prejuízo	(23.632)	(22.076)
Saldo final	386.358	499.668
- Provisão específica (1)	196.401	273.010
- Provisão genérica (2)	189.957	226.658
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	83.808	68.023
Renegociação de créditos no exercício	98.293	175.345

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Veículos e afins	6.561.096	7.977.880
Máquinas e equipamentos	3.344.955	3.852.383
Outros	2.327.065	1.785.464
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g - IV)	144.922	146.281
Total de bens arrendados	12.378.038	13.762.008
Depreciação acumulada de bens arrendados	(6.689.958)	(7.384.429)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	2.665.841	3.103.527
Total da depreciação acumulada	(4.024.117)	(4.280.902)
Imobilizado de arrendamento	8.353.921	9.481.106

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas":

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
						2013	2012	2013	2012
Aquarius Holdings Ltda.	34.600	67.286	-	6.368	19.500	13.121	12.479	648	638
Serel Participações em Imóveis S.A.	212.000	1.567.722	257	1.781	87.230	27.388	25.850	1.553	6.433
Total						40.509	38.329	2.201	7.071

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros investimentos	402	402
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Arrendamentos financeiros a receber	5.162.486	6.416.598
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(5.061.092)	(6.298.610)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	12.378.038	13.762.008
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros:	(4.024.117)	(4.280.902)
- Depreciações acumuladas	(6.689.958)	(7.384.429)
- Superveniência de depreciação	2.665.841	3.103.527
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(3.226.604)	(3.310.699)
Total do valor presente	5.228.711	6.288.395

c) Carteiras e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	Curso normal						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em
Operações de arrendamento mercantil	275.049	253.638	208.500	626.605	1.030.067	2.445.758	4.839.617
Outros créditos (1)	271	268	266	782	1.499	1.186	4.272
Total em 2013	275.320	253.906	208.766	627.387	1.031.566	2.446.944	4.843.889
Total em 2012	320.505	300.738	251.970	736.510	1.213.006	2.898.080	5.720.809

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	Curso anormal						
	Parcelas vencidas					Total em	Total em
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias	2013 (B)	2012 (B)
Operações de arrendamento mercantil	18.889	16.022	10.787	19.082	12.729	77.509	105.544
Total em 2013	18.889	16.022	10.787	19.082	12.729	77.509	105.544
Total em 2012	26.604	22.352	14.145	24.118	18.325	105.544	105.544

	Curso anormal					Total em		Total Geral em	
	Parcelas vencidas					2013	2012	2013	2012
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	(C)	(C)	(A+B+C)	(A+B+C)
Operações de arrendamento mercantil	18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	311.585	468.578	5.228.711	6.288.395
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	4.272	6.536
Total em 2013	18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	311.585	468.578	5.232.983	6.294.931
Total em 2012 </									



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Valor da operação	Vencimento	Remuneração		
			2013	2012	
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	10.679.623	9.896.860
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	10.808.166	10.020.571
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	23.376.285	21.711.237
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	11.953.483	11.062.584
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	5.903.631	5.463.629
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	5.828.754	5.463.629
Outubro/2012 (6) (Nota 1)	10.000.000	2032	100% CDI	5.369.392	4.056.497
Total	43.075.000			73.919.334	67.675.007

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contempla 53.333 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 14.258 mil;
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contempla 72.520 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 19.388 mil;
Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contempla 312.014 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 83.416 mil;
Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,750 milhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- 5) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contempla 1.204.188 debêntures da 2ª série em tesouraria, no valor de R\$ 74.876 mil; e
- 6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contempla 510.000.000 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.588.551 mil.

b) Repactuação de debêntures

Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

- Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 e até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*; e
- Esclarecer que permanecem inalteradas todas as demais características das Debêntures.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 5.194.726 mil (2012 - R\$ 5.138.998 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2013	2012
FINAME	8.942	16.258	22.832	39.878	87.385	27.212	202.507	268.939
Total em 2013	8.942	16.258	22.832	39.878	87.385	27.212	202.507	268.939
%	4,4	8,0	11,3	19,7	43,2	13,4	100,0	
Total em 2012	12.504	22.192	30.346	49.696	119.655	34.546	268.939	268.939
%	4,7	8,2	11,3	18,5	44,5	12,8	100,0	

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante de despesas de operações FINAME no período somou R\$ 10.300 mil (2012 - R\$ 18.499 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informalizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é: CPMF - R\$ 115.623 mil (31.12.2012 - R\$ 106.232 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nºs 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do exercício de 2013	439	63.271	261.410
Atualização monetária	329	-	11.383
Constituições líquidas de reversões e baixas	-	2.964	-
Baixa por pagamento	(78)	-	(1.380)
Transferência (2)	-	-	(45.339)
No final do exercício de 2013 (Nota 14)	690	66.235	226.074

- Compreende, substancialmente, obrigações legais; e
- Na rubrica "Fiscais e Previdenciárias" refere-se a baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos a vista de débitos tributários, Lei nº 12.865/13.

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.321.178 mil (2012 - R\$ 1.011.606 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões fiscais (Nota 13b)	226.074	261.410
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	727.421	836.404
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	25.320
Impostos e contribuições a recolher	3.419	11.695
Total	956.914	1.134.829

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	3.226.604	3.310.699
Provisões cíveis (Nota 13b)	66.235	63.271
Obrigações por aquisição de bens e direitos	4.324	20.485
Provisões trabalhistas (Nota 13b)	690	439
Outras	17.002	19.259
Total	3.314.855	3.414.153

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2012 - R\$ 7.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 1º de janeiro de 2012	23.422	7.127.800
Redução de capital - AGE de 8.10.2012 (1)	-	(5.500.000)
Aumento de capital - AGE de 30.4.2013 (2)	-	662.200
Em 31 de dezembro de 2013	23.422	2.290.000

- Homologação pelo BACEN em 10 de outubro de 2012 da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Instituição, deliberando a redução do capital social no montante de R\$ 5.500.000 mil, sem cancelamento de ações, a fim de ajustar o excesso de capital às suas necessidades (Nota 1); e
- Homologação pelo BACEN em 27 de maio de 2013 da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração da Instituição, deliberando aumentar o capital social em R\$ 662.200 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	2.273.668	2.694.038
- Reserva legal (1)	209.536	186.945
- Reservas estatutárias (2)	2.064.132	2.507.093

- Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	451.830	581.946
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(22.591)	(29.097)
Base de cálculo	429.239	552.849
Dividendos propostos	-	138.212
Juros sobre o capital próprio (1)	210.000	-
Imposto de renda retido na fonte	(31.500)	-
Valor líquido a pagar	178.500	-
Percentual em relação à base de cálculo	41,6%	25,0%
Valor em reais por ação	7.621,04	5.900,95

(1) A serem pagos em 7 de março de 2014, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 20 de dezembro de 2013.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Emolumentos judiciais e cartórios	1.406	11.241
Serviços técnicos especializados	11.219	7.784
Jurídicas processuais	12.716	5.968
Processamento de dados	2.909	2.806
Serviços do sistema financeiro	2.813	2.375
Depreciações e amortizações	894	894
Propaganda, promoções e publicidade	1.431	1.361
Serviços de terceiros	357	347
Apreensão de bens	4.528	2.847
Contribuições filantrópicas	1.200	-
Transportes	105	150
Outras	240	161
Total	39.818	35.934

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
COFINS	26.795	45.621
PIS	4.354	7.413
ISS	7.261	8.777
Outras	3.791	3.257
Total	42.201	65.068

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Variações monetárias ativas	37.933	37.872
Aditivos contratuais	9.903	7.429
Reversão de outras provisões	4.108	6.027
Outras	1.506	575
Total	53.450	51.903

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Variações monetárias passivas	11.773	10.449
Outras provisões operacionais	5.512	5.899
Indenizações pagas	2.508	3.496
Descontos concedidos	30.252	29.718
Doações - Lei Rouanet	7.679	5.714
Outras	414	83
Total	58.138	55.359

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado na alienação de outros valores e bens	(5.815)	(15.234)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(32.834)	(34.289)
Aluguéis	1.850	1.716
Total	(36.799)	(47.807)

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Recetas (despesas)	Recetas (despesas)	
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	-	180	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	657.720	1.003.353
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(263.088)	(401.341)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	880	2.829
Juros sobre o capital próprio pagos.....	84.000	-
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(36.310)	(28.640)
Outros valores.....	8.628	5.745
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(205.890)	(421.407)

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(168.044)	(433.584)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(37.846)	15.764
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal.....	-	(3.587)
Total dos impostos diferidos	(37.846)	12.177
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(205.890)	(421.407)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	225.298	-	35.871	189.427
Provisões civis.....	25.308	2.205	1.019	26.494
Provisões fiscais e trabalhistas.....	58.489	4.685	10.660	52.514
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	4.877	-	-	4.877
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	16.564	13.134	10.199	19.499
Outros valores.....	909	-	121	788
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	331.445	20.024	57.870	293.599
Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e)	836.404	11.226	120.209	727.421
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(504.959)	8.798	(62.339)	(433.822)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2014.....	40.240	23.473	63.713
2015.....	40.240	23.473	63.713
2016.....	33.780	20.019	53.799
2017.....	33.780	20.019	53.799
2018.....	36.570	22.005	58.575
Total (Nota 8b)	184.610	108.989	293.599

DIRETORIA			
Conselho de Administração		Diretoria	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto	Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidentes Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi
Vice-Presidente Antônio Borna			Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores Luiz Carlos Angelotti

Célio Magalhães
Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3g.V e 7h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/1-F-SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0



io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 35
São Paulo, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2014

Página 7

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Instituição está sedimentado na forma de atuação planejada integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando ações operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos, destacando-se como uma das principais arrendadoras no mercado nacional, e com marcante atuação no arrendamento de aeronaves executivas e helicópteros.

Em 17 de abril de 2013, a Bradesco Leasing comunicou ao mercado o encerramento da distribuição pública das debêntures referente 7ª Emissão Pública de Debêntures Nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, efetuada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no montante de R\$ 10 bilhões, na data da emissão, com valor unitário de R\$ 10,00.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 19.290,84 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 4,6 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,11% sobre o PL médio. Ressaltamos que a Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em dezembro de 2013 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$ 210 milhões, cujo pagamento será efetuado em 07 de março de 2014.

Em 31 de dezembro, o total de Ativos somava R\$ 83,1 bilhões, destacando-se R\$ 57,7 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 5,2 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 73,9 bilhões de Debêntures e R\$ 202,5 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,2 bilhões. A Instituição possui 511.842,055 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 5,8 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMO Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios interacionamente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: a) não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos as nossas clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.
Diretoria

	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2013	2012	2013	2012
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	73.372.525	62.302.281	CIRCULANTE	1.759.152
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	-	180	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	87.910
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	57.064.814	35.289.907	FINAME	87.910
Aplicações no Mercado Aberto	25.914.189	22.310.371	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.671.242
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.150.630	12.979.136	Sociais e Estatutárias	178.520
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	16.203.223	12.968.530	Sociais e Previdenciárias (Nota 14a)	116.962
Carteira Própria	15.562.286	26.853.167	Diversas (Nota 14b)	1.375.760
Vinculados à Prestação de Garantias	640.936	64.968		
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(118.529)	(168.014)		
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Privado	2.384.431	2.903.992	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	76.812.558
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.283.549)	(2.786.559)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	73.919.334
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(195.407)	(255.451)	Recursos de Debêntures	73.919.334
OUTROS CRÉDITOS	186.701	220.497	RECURSOS POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	114.597
Rendas a Receber (Nota 8a)	33	32	FINAME	114.597
Diversos (Nota 8b)	186.338	220.508	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.779.627
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(93)	(88)	Sociais e Previdenciárias (Nota 14a)	154.201
OUTROS VALORES E BENS	36.308	41.976	Diversas (Nota 14b)	2.581.273
Outros Valores e Bens	875.919	65.351		599.632
Provisões para Desvalorizações	(50.711)	(43.375)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)	4.563.677
			Capital:	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.357.301	5.118.856	- De Domiciliados no País	2.290.000
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	807.627	4.643.476	Reservas de Lucros	2.273.668
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	807.627	4.643.476	Ajustes de Avaliação Patrimonial	9
Operações de Arrendamentos a Receber:				
- Setor Privado	2.778.055	3.512.606		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.777.549)	(3.512.055)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(166.823)	(214.021)		
OUTROS CRÉDITOS	715.222	688.156		
Diversos (Nota 8b)	715.222	688.156		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(93)	(88)		
OUTROS VALORES E BENS	763	694		
Despesas Antecipadas	763	694		
PERMANENTE	8.045.961	9.531.860		
INVESTIMENTOS (Nota 9)	47.324	45.144		
Participações em Coligadas:				
- No País	40.509	38.329		
Outros Investimentos	26.394	26.394		
Provisões para Perdas	(19.570)	(19.570)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	4.716	5.610		
Imóveis de Uso	11.117	11.117		
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.938	15.528		
Outras Imobilizações de Uso	155	155		
Depreciações Acumuladas	(20.495)	(19.801)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7 e 10)	8.253.921	9.491.106		
Bens Arrendados	12.578.058	13.762.008		
Depreciações Acumuladas	(4.024.117)	(4.280.902)		
TOTAL	83.135.787	76.929.997	TOTAL	83.135.787

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil	
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.707.216	8.781.391
Operações de Crédito	46.952	83.808
Operações de Arrendamento Mercantil	1.696.609	3.521.729
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	2.963.655	5.175.854
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.232.364	8.022.368
Operações de Captações no Mercado (Nota 11)	5.194.276	5.138.998
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	4.406	10.300
Operações de Arrendamento Mercantil	1.387.673	2.987.018
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	(69.678)	(69.678)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	465.335	779.025
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(49.763)	(84.586)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(39.516)	(39.516)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(21.536)	(42.201)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.280	2.201
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	27.543	53.450
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(22.447)	(58.138)
RESULTADO OPERACIONAL	355.572	694.519
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(22.110)	(36.799)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	333.462	657.720
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(61.692)	(451.896)
LUCRO LÍQUIDO	271.770	205.824
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	11.603,19	19.290,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil	
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	333.462	657.720
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.343.375	2.814.518
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.773)	(89.678)
Depreciações e Amortizações	114.618	2.434.368
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	9.206	14.676
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.280)	(2.201)
Superávit/Prejuízo de Depreciação	217.558	418.702
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	3.254	5.815
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	19.810	32.835
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.676.837	3.472.238
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(5.507.362)	(17.825.903)
Financeiros Derivativos	1.214.314	10.714.896
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	8.479	(34.871)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(2.590)	(7.039)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(24.036)	(66.431)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.486)	(90.923)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(194.474)	(605.528)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(2.830.318)	(4.234.686)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	5	7
Aquisição de Imobilização de Uso e de Arrendamento	(1.377.729)	(2.664.871)
Alienação de Imobilização de Uso e de Arrendamento	466.880	941.086
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(32.515)	(53.073)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	26.550	39.073
Dividendos recebidos	20	281
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	(916.809)	(1.757.948)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Redução de Capital	-	(5.500.000)
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	7.463.217	6.244.327
Dividendos Pagos	(138.212)	(138.212)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	7.325.005	(127.885)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.577.878	113.481
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	12.466.682	15.931.079
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	16.044.560	16.044.560
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.577.878	14.943.265

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Eventos		Legal	Estatu-tárias	Lucros Acumulados
Saldos em 30.6.2013	2.290.000	195.948	1.973.185	16
1º semestre de 2013	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(7)
Lucro Líquido	-	-	-	271.770
Destinações - Reservas	-	13.588	48.182	(61.770)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(210.000)
Saldos em 31.12.2013	2.290.000	209.536	2.064.132	9
Saldos em 31.12.2012	1.712.800	157.848	2.024.456	16
Redução de Capital	(5.500.000)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	3
Lucro Líquido	-	-	-	581.946
Destinações - Reservas	-	29.097	414.637	(443.734)
- Dividendos Propostos	-	-	-	(138.212)
Saldos em 31.12.2012	1.627.800	186.945	2.507.093	19
Aumento de Capital com Reservas	662.200	-	(662.200)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(10)
Lucro Líquido	-	-	-	451.830
Destinações - Reservas	-	22.591	219.239	(214.830)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(210.000)
Saldos em 31.12.2013	2.290.000	209.536	2.064.132	9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
Descrição	2013	2013	2013	2012
1 - RECEITAS	4.734.275	1.333,8	8.828.882	9.215.359
1.1 Intermediação Financeira	4.707.216	1.326,0	8.781.391	9.215.359
1.2 Reversão(Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.773	15,4	89.678	12,8
1.3 Outras	(27.014)	(7,8)	(41.487)	(5,9)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.366.654)	(1.227,2)	(8.092.044)	(8.118.075)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(24.156)	(6,8)	(38.824)	(5,5)
3.1 Outras	(298)	(0,1)	(357)	(0,1)
Apreensão de Bens	(2.802)	(0,8)	(4.528)	(0,8)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.649)	(0,5)	(2.813)	(0,4)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(861)	(0,2)	(1.431)	(0,2)
Transportes	(52)	-	(105)	-
Jurídicas Processuais	(7.556)	(2,1)	(12.716)	(1,8)
Emolumentos Judiciais e Cartórios	(291)	(0,1)	(1.406)	(0,2)
Serviços Técnicos Especializados	(7.735)	(2,2)	(11.219)	(1,6)
Processos Judiciais	(1.751)	(0,5)	(2.909)	(0,4)
Contribuições Filantrópicas	(1.200)	(0,3)	(1.200)	(0,2)
Outras	(51)	-	(240)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	354.165	99,8	698.614	99,8
5 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(447)	(0,1)	(894)	(0,1)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	353.718	99,7	697.720	99,7
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.280	0,3	2.201	0,3
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.280	0,3	2.201	0,3
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	354.998	100,0	699.921	100,0
9 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	83.228	23,4	248.091	35,4
Federais	79.781	22,4	240.830	34,4
Municipais	3.447	1,0	7.261	1,0
9.2) Remuneração de Capitais Próprios	271.770	76,6	451.830	64,6
Dividendos	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	210.000	59,2	210.000	30,0
Juros Retidos	61.770	17,4	241.830	34,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

continuação

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado em Arrendamento (Nota 7h).

V - Superavaliação (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "H" e "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de contabilidade no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.428/09, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno da cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superavaliação ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a seguinte classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (lacuna) das operações vencidas até o 90º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 90º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são classificadas no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) **Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superavaliação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superavaliação de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários de adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 22.

i) **Despesas antecipadas**
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com o prazo e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

j) **Investimentos**
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

k) **Imobilizado**
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decréscimos de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

g) **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

a) **Classificação por categoria e prazos**

Títulos (1)	2013			2012		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação (3).....	15.181.537	28.919	311.638	681.097	16.203.191	16.203.309
Letras financeiras do Tesouro Nacional.....	-	27.353	1.011.922	673.401	1.011.922	1.011.922
Certificados de depósito bancário.....	1.884	1.527	299	-	3.710	3.710
Debêntures.....	-	39	219	-	5.203	5.203
Letras do tesouro nacional.....	8.993.438	-	-	2.751	8.996.189	8.996.189
Notas do tesouro nacional.....	6.186.215	-	-	-	6.186.215	6.186.215
Outros.....	-	-	-	-	-	59.120
Títulos disponíveis para venda (4).....	31	-	-	-	31	16
Ações.....	-	-	-	-	19	15
Total em 2013.....	15.181.568	28.919	311.638	681.097	16.203.222	16.203.325
Total em 2012.....	26.561.849	46.219	50.996	1.011.922	259.071	103

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do período, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 15.562.255 mil (2013 - R\$ 26.222,1 mil). Não distribuição dos prazos, foram considerados os investimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(4) Em 2013, não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda;

(5) A marcação a mercado dos títulos para negociação foi registrada em contas de resultado, enquanto a dos títulos disponíveis para venda, foram registradas no patrimônio, líquidos dos impostos.

b) **Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	3.813,487	3.931,138
Títulos de renda fixa.....	17,433	5,152
Fundos de investimento.....	1.344,924	1.470,847
Total.....	5.175,854	5.407,137

c) **Instrumentos financeiros derivativos**
A Bradesco Leasing não possui posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de risco, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas consistentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitê específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, deidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negligenciabilidade. As operações deidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: operações não classificadas na Carteira Trading. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais hedges.

De acordo com a natureza de suas atividades, a Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, possui em seu portfólio apenas operações Banking e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Resumo das operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Curso anual						Total em			
	Parcelas vencidas						2013		2012	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013 (A)	2012 (B)	Total em 2012 (A+B)	
Operações de arrendamento mercantil.....	275.049	253.638	208.500	626.605	1.030.067	2.465.758	4.839.617	5.714.273	5.714.273	
Outros créditos (1).....	271	268	266	782	1.499	1.186	4.272	6.536	6.536	
Total em 2013.....	275.320	253.906	208.766	627.387	1.031.566	2.466.944	4.843.889	5.720.809	5.720.809	
Total em 2012.....	320.505	300.730	251.970	736.510	1.213.006	2.998.000	-	-	-	

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetem negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&F/Bovespa, Abnima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2013 o Índice Bovespa foi de 50.992 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2013 foi de 10,59% a.a.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2013 o Índice Bovespa foi de 28.630 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2013 foi de 19,25% a.a.

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.12.2013 o Índice Bovespa foi de 25.754 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.12.2013 foi de 18,57% a.a.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDADA DUVIDOSA

a) **Contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:**

• Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e

• Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

b) **Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis**

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Arrendamentos financeiros a receber.....	5.162.486	6.416.596	5.162.486	6.416.596
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	(6.081.092)	(6.298.610)	(6.081.092)	(6.298.610)
Bens arrendados financeiros e perdas em arrendamentos (líquidos).....	12.378.038	13.762.008	12.378.038	13.762.008
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros.....	(4.024.117)	(4.280.902)	(4.024.117)	(4.280.902)
Atividade de mercadorias em geral.....	(6.889.558)	(7.384.429)	(6.889.558)	(7.384.429)
- Superávit/deficit de depreciação.....	2.665.841	3.103.527	2.665.841	3.103.527
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b).....	(3.226.604)	(3.310.699)	(3.226.604)	(3.310.699)
Total do valor presente.....	5.228.711	6.288.395	5.228.711	6.288.395

c) **Carteiras e prazos**

	Curso anual						Total em			
	Parcelas vencidas						2013		2012	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013 (B)	2012 (C)	Total em 2012 (A+B+C)	
Operações de arrendamento mercantil.....	18.889	16.022	10.787	19.082	12.729	77.509	10.017	105.544	105.544	
Total em 2013.....	18.889	16.022	10.787	19.082	12.729	77.509	10.017	105.544	105.544	
Total em 2012.....	26.604	22.352	14.145	24.118	18.325	-	-	-	-	

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Resumo das operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Curso anual						Total em			
	Parcelas vencidas						2013		2012	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013 (B)	2012 (C)	Total em 2012 (A+B+C)	
Operações de arrendamento mercantil.....	18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	137.846	311.585	468.578	5.228.711	
Outros créditos (1).....	39.651	0,8	48.398	45.813	74.843	137.846	311.585	5.232.983	6.536	
Total em 2013.....	18.304	18.893	15.886	45.813	74.843	137.846	311.585	468.578	5.228.711	
Total em 2012.....	25.627	26.873	23.393	66.240	108.402	218.403	-	-	6.294.931	

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) **Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012	
	2013	%	2012	%
Maior devedor.....	61.652	1,2	38.385	0,6
Vinte maiores devedores.....	522.632	10,0	432.257	6,9

e) **Setor de atividade econômica**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	%	2012	%
Setor privado.....	5.232.983	100,0	6.294.931	100,0
Indústria.....	998.179	19,1	1.223.834	19,4
Alimentícia e bebidas.....	125.654	2,4	171.410	2,7
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica.....	221.876	4,2	264.160	4,2
Química.....	18.960	0,4	82.747	1,3
Papel e celulose.....	91.870	0,3	17.529	0,3
Veículos leves e pesados.....	12.761	0,3	13.794	0,2
Extração de minerais metálicos e não metálicos.....	93.318	1,7	115.772	1,8
Têxtil e confecções.....	43.230	0,8	58.365	0,9
Artigos de borracha e plásticos.....	80.883	1,5	96.771	1,5
Eletrônica.....	30.795	0,6	42.997	0,7
Móveis e produtos de madeira.....	64.314	1,2	80.421	1,3
Autopartes e acessórios.....	39.651	0,8	48.398	0,8
Materiais não metálicos.....	69.227	1,3	86.611	1,4
Artigos de couro.....	9.466	0,2	15.089	0,2
Refino de petróleo e produção de álcool.....	19.763	0,4	26.334	0,4
Edição, impressão e reprodução.....	73.549	1,4	79.304	1,2
Diversa indústria.....	75.242	1,4	22.511	0,4

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) **Demonsração do custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistemas de transportes - 20% ao ano; sistemas de processamento de dados - 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.**

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 47.509.120/0001-82
 Sede: Cidade de Deus, s/n - Prédio Trata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão mínima requerida				Em 31 de dezembro - R\$ mil		
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	Específica		Genérica	2013		2012	
						Vencidas	Vincendas		Total	%	Total	%
A	0,5	118.364	-	118.364	2,3	-	-	2.545	2.545	0,6	2.487	0,5
B	1,0	1.462.585	4.058	1.466.643	28,0	38	38	14.626	14.626	3,8	12.887	2,6
C	3,0	2.489.389	70.498	2.559.797	48,9	182	1.930	74.682	76.794	19,9	107.827	21,6
Subtotal		4.579.464	74.466	4.653.930	89,8	182	1.968	91.653	94.006	24,3	123.201	24,7
D	10,0	157.014	74.847	231.861	4,4	870	6.615	15.701	23.186	6,0	38.634	6,0
E	30,0	18.036	48.143	66.179	1,3	2.783	11.660	5.411	19.854	5,1	26.943	5,4
F	50,0	22.359	25.359	47.718	0,9	9.867	3.007	24.154	33.964	9,3	33.464	6,7
G	70,0	4.012	21.141	25.153	0,5	3.583	11.216	2.808	17.607	4,6	28.979	5,8
H	100,0	63.004	144.547	207.551	4,0	42.086	102.461	63.004	207.551	53,7	248.447	49,7
Subtotal		254.425	314.628	579.053	11,1	52.329	141.919	98.104	292.352	75,7	376.467	75,3
Total em 2013		4.843.889	389.994	5.232.883	100,0	52.514	143.887	189.857	386.358	100,0		
Total em 2012		5.720.509	574.122	6.294.631	100,0	69.893	203.207	226.658	100,0		499.668	100,0

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos resíduos parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusulas de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	499.668	510.438
Constituições (reversões) líquidas	(89.878)	(11.306)
Baixas por prejuízo	(23.650)	(23.650)
Saldo final	386.139	499.668
- Provisão específica (1)	196.401	273.010
- Provisão genérica (2)	189.738	226.658
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	83.808	68.023
Remanejamento de créditos no exercício	98.293	175.345

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias.
 (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação, e portanto, não enquadrada no item anterior;
 (3) Registrada em notas de operações de crédito, com previsão nas normas e instruções do BACEN.

h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Veículos e afins	5.621.096	7.977.880
Máquinas e equipamentos	3.344.955	3.852.383
Outros	2.327.065	1.765.464
Perdas em arrendamentos a amortizar (Nota 3g - IV)	144.821	146.221
Total de bens arrendados	12.378.038	13.762.008
Depreciação acumulada de bens arrendados	(6.886.568)	(7.306.549)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	2.665.841	3.103.527
Total de depreciação acumulada	(4.024.117)	(4.280.562)
Imobilizado de arrendamento	8.353.821	9.481.106

9) INVESTIMENTOS

Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas	Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
						Ajuste decorrente da avaliação (1)	
						2013	2012
Aquarius Holdings Ltda	34.600	67.286					
Seris Participações em Imóveis S.A	212.000	1.567.722	257	6.368	19.500	37.321	
Total					13.121	12.470	
					40.509	38.329	

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros investimentos	402	402
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Imóveis de uso:	Taxa	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
				2013	2012
- Terrenos		2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.342	(20.340)	2.002	2.896
- Outras imobilizações de uso	20%	152	(152)	-	-
Imobilizado de arrendamento		12.378.038	(4.024.117)	8.353.921	9.481.106
Total em 2013		12.403.249	(4.044.612)	8.358.637	9.486.716
Total em 2012		13.717.219	(4.300.503)		

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBENTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor de operação	Vencimento	Remuneração	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				2013	2012
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	10.679.623	6.896.890
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	10.808.186	10.020.271
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	23.376.285	21.711.237
Janeiro/2006 (4)	6.750.000	2026	100% CDI	11.853.483	11.062.564
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	5.903.631	5.463.629
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	5.828.734	5.463.629
Outubro/2012 (6) (Nota 1)	10.000.000	2032	100% CDI	8.389.382	4.026.487
Total	43.675.000			73.919.334	67.675.007

Sob o CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10 bilhões do qual foram realizadas, até 31 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(1) Sob o CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (4ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, pertencendo o valor total da emissão de R\$ 4 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contendo 72.520 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 19.388 mil.

(2) Sob o CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

(3) Sob o CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, pertencendo o valor total da emissão de R\$ 8 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contendo 112.014 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 83.416 mil.

(4) Sob o CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(5) Sob o CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, pertencendo o valor total da emissão de R\$ 7.500 milhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contendo 1.204.186 debêntures da 2ª série em tesouraria, no valor de R\$ 74.876 mil.

(6) Sob o CVM/SRE/DEB/2011/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrada na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, pertencendo o valor de R\$ 10 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2013 contendo 51.000.000 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.386.551 mil.

b) Repactuação de debêntures
 Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2012.

1 - Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*; e

II - Escalarete que permaneçam inalteradas todas as demais características das Debêntures.

c) Despesa de debêntures
 O montante de despesa de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 5.194.726 mil (2012 - R\$ 5.139.998 mil), apropriadas em contas de resultado.

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Despesa de operações de empréstimos e repasses
 O montante de despesa de operações FINAME no período somou R\$ 10.300 mil (2012 - R\$ 18.499 mil), apropriadas em contas de resultado.

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de vitória é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/98 e nº 2.449/98, naquilo que excede ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 0770 (PIS Repetível); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o resarcimento de valores em tesouraria.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Processos trabalhistas
 São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a ação indenizatória, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor líquido apurado dos pagamentos efetivados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis
 São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais
 A Bradesco Leasing tem discutido judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de vitória a médio e longo prazo, de acordo com o opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, podendo resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é:
 CPFM - R\$ 115.623 mil (31.12.2012 - R\$ 106.232 mil) pleiteia, inominadamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPFM sobre as movimentações financeiras de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 05/97 e 134/99, incisos I, XX e XXVI.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	previdenciárias (1)	Fiscais e
No início do exercício de 2013	439	63.271	261.410	11.363
Atualização monetária	329			
Constituições líquidas de reversões e baixas	-	2.964	(1.380)	(45.320)
Baixa por pagamento	(78)			
Transferência (2)				
No final do exercício de 2013 (Nota 14)	690	66.235	226.074	

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais; e
 (2) Na rubrica "Fiscais e Previdenciárias" refere-se a baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos a vista de débitos tributários. Lei nº 12.863/13.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Dividendos	33	32
Total	33	32

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Créditos tributários (Nota 22c)	293.599	331.445
Devedores por depósitos em garantia	408.257	477.273
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	172.113	68.317
Pagamentos a ressarir	15.926	15.805
Devedores por compra de valores e bens	4.272	6.536
Outros	7.751	9.441
Total	902.018	908.817

8) OUTROS CRÉDITOS

A Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 437.696 mil (2012 - R\$ 3.078 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 18.884 mil (2012 - R\$ 19.520 mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 418.702 mil (2012 - R\$ 16.442 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Dividendos	33	32
Total	33	32

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Créditos tributários (Nota 22c)	293.599	331.445
Devedores por depósitos em garantia	408.257	477.273
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	172.113	68.317
Pagamentos a ressarir	15.926	15.805
Devedores por compra de valores e bens	4.272	6.536
Outros	7.751	9.441
Total	902.018	908.817

9) INVESTIMENTOS

Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas	Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
						Ajuste decorrente da avaliação (1)	
						2013	2012
Aquarius Holdings Ltda	34.600	67.286					



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.508.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Piratã - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	-	180	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	29.947.867	17.622.612	1.673.884	1.608.257
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	2.010.390	-	96.549	-
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	25.914.189	22.310.371	2.043.054	2.322.881
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:				
Banco Bradesco S.A. (Pagar)	(178.500)	(138.212)	-	-
Outras Coligadas (Receber)	21	-	-	-
Debêntures (Nota 11):				
Banco Bradesco S.A.	(73.919.334)	(67.675.007)	(5.194.726)	(5.138.998)
Aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	1.850	1.716

b) Abertura por vencimento e taxa

Vencimento	Taxa	Valor contábil	
		2013	2012
I - Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
2013	CDI 100%	-	12.979.136
2014	CDI 100%	31.150.630	-
2015	CDI 100%	806.900	4.642.203
2016	CDI 100%	-	727
2017	CDI 100,5%	-	673
Total		31.958.257	17.622.612
II - Aplicações no mercado aberto (1):			
2013	CDI 100%	-	1.259.657
2014	CDI 100%	2.787.505	2.903.924
2015	CDI 100%	2.345.045	2.914.687
2016	CDI 100%	2.550.852	2.671.346
2017	CDI 100%	2.672.937	2.564.718
2018	CDI 100%	3.295.315	3.026.852
2019	CDI 100%	2.010.698	1.067.268
2020	CDI 100%	2.363.427	2.363.427
2021	CDI 100%	2.831.407	2.805.844
2022	CDI 100%	1.832.725	528.144
2023	CDI 100%	144.042	-
2024	CDI 100%	172.512	204.400
Total		25.914.189	22.310.371

(1) Prazo dos papéis que estão lastreando as operações.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

* O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição. Não há pagamento de remuneração de curto prazo a empregados e administradores.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as Instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuadas pelas Instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e suas famílias.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	657.720	1.003.353
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(263.088)	(401.341)
Étulos no cálculo dos tributos		
Participações em coligadas	880	2.829
Juros sobre o capital próprio pagos	84.000	-
Despesas inadmissíveis ligadas das rendas não tributáveis	(36.310)	(28.640)
Outros valores	8.628	5.745
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(205.890)	(421.407)

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 38).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(168.044)	(433.584)
Impostos diferidos:		
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias	(37.846)	15.784
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal	-	(3.587)
Total dos impostos diferidos	(37.846)	12.177
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(205.890)	(421.407)

c) O valor dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	225.298	-	35.871
Provisões civis	25.308	2.205	1.019
Provisões fiscais e trabalhistas	59.489	4.685	10.660
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	4.877	-	4.877
Provisão para desvalorização de bens não de uso	16.564	13.134	10.199
Outros valores	909	-	121
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	331.445	20.024	57.670
Obrigações fiscais diferidas (Notas 14 e 22e)	836.404	11.226	120.209
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(504.959)	8.798	(62.339)
d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias			

Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014	40.240	23.473	63.713
2015	40.240	23.473	63.713
2016	33.780	20.019	53.799
2017	33.780	20.019	53.799
2018	36.570	22.005	58.575
Total (Nota 8b)	184.610	108.989	293.599

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de taxa de aplicação, líquida dos efeitos tributários, montou R\$ 268.915 mil (2012 - R\$ 316.659 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 727.421 mil (2012 - R\$ 836.404 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 666.460 mil (2012 - R\$ 775.882 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 60.413 mil (2012 - R\$ 59.649 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 43 mil (2012 - R\$ 101 mil) e reserva de reavaliação R\$ 505 mil (2012 - R\$ 772 mil), respectivamente.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilização de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

Os bens de uso da sociedade não estão segurados, estando os possíveis riscos sob a responsabilidade da Instituição.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.004/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins.

A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acervo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Prepag e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

f) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Membros
Alzair de Mello Brandão	Mário de Almeida Teixeira Júnior
Vice-Presidente	Luiz Carlos Trabuco Cappi
Antônio Bornaia	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
	Milton Matsumoto

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores Vice-Presidentes	Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Julio de Siqueira Carvalho de Araújo	Luiz Carlos Angelotti
	Domingos Figueiredo de Abreu	
	José Alcides Munhoz	
	Aurelio Conrado Boni	
	Sergio Alexandre Figueiredo Clemente	
	Marco Antonio Rossi	

Célio Magalhães
Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Administradoras da
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificando no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3g, V e 7h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014

KPMG
Auditores Independentes
CRC 2SP0285671/F-SP

Claudio Rogelio Sertório
Contador CRC 1SP120508/O-0

idades

A destruição do Templo de Salomão

Cineasta israelense produz curta de 17 minutos retratando a destruição do templo sendo construído em São Paulo pela Igreja Universal do Reino de Deus

A artista israelense Yael Bartana soube dos planos da Igreja Universal do Reino de Deus de construir na zona leste de São Paulo um templo igual ao de Salomão, erguido e destruído duas vezes em Jerusalém há mais de 2,5 mil anos, e quis ver tudo em chamas. Pelo menos em "Inferno", filme de 17 minutos que retrata a construção (real) do Templo e a sua destruição (ficcional), e tem como base pinturas e fotografias representando o local ao longo da sua história.

A artista visitou as obras do templo, localizado no bairro do Brás, e que deve ficar pronto ainda este ano. Depois, recriou num galpão de uma escola de samba na capital paulista o que seria o interior da construção. Yael, conhecida por questionar a identidade

coletiva de Israel, disse: "não pude deixar de pensar que aquilo tinha de ser destruído".

Ela gastou cerca de R\$ 1 milhão no projeto. Muito menos do que a Igreja Universal do Reino de Deus está gastando no novo templo: segundo a igreja, já tinham sido consumidos, até outubro do ano passado, cerca de R\$ 413 milhões.

A Universal, liderada pelo bispo Edir Macedo, importou até as pedras de Israel para revestir toda a fachada do templo-réplica, que será a futura sede mundial da igreja.

São 40 mil metros quadrados de pedras trazidas de Hebron, antiga capital do reino de Davi. Segundo a igreja do bispo Edir Macedo, "são peças sagradas e revestirão a fachada e as colunas na parte externa, além do altar e do corredor



central no interior do novo templo. O objetivo é permitir que os fiéis toquem essas pedras durante suas orações, a

exemplo do que se faz no Muro das Lamentações". A cineasta israelense reflete sobre a megalomania tupi-

niquim da Igreja Universal. "O discurso do bispo Edir Macedo é que, se os fiéis não podem ir a Jerusalém, ele traz Jerusalém até eles", afirmou a artista quando esteve em São Paulo. "Inferno", com suas explosões de vidraças, chão rachando sob os pés e bolas de fogo que chamuscam querubins e o altar do templo, foi sucesso no Festival de Berlim este mês. Programado para ser veiculado apenas na sessão Fórum Expandido da mostra de cinema, o curta foi tão aclamado pelos organizadores, público e crítica que acabou ganhando uma sessão diária na sala principal do festival.

A obra faraônica na zona leste de São Paulo continua cercada de histórias não menos 'grandiosas'. Uma delas diz que bilionário e polêmico líder da Igreja Universal do Reino de Deus teria até mandado construir um túmulo para ele e sua família no paulistano Templo de Salomão.

Réplica do Templo de Salomão, no Brás. Obra está programada para ser entregue este ano.

Divulgação